



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

MOÇÃO Nº

Em Defesa da Praça do Martim Moniz

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, E.P (EPUL) lançou no final do ano de 2011, o “ Concurso Público para a Concessão de Exploração de 10 quiosques, destinados a estabelecimentos de bebidas, com esplanada, na Praça Martim Moniz, em Lisboa com outras obrigações acessórias, na Praça do Martim Moniz, em Lisboa”, sendo este prazo de execução do contrato de 10 anos, prorrogável por períodos de 3 anos, até ao limite máximo de 16 anos e teve o seu início, no ano de 2012, informação esta que consta no anúncio do procedimento nº 6161/2011, de 21 de Dezembro de 2011, tendo ganho o concurso a empresa NCS – Número de Ciclos por Segundo.

Posteriormente e de acordo com as notícias vinculadas a público, a Câmara Municipal de Lisboa pretende instalar um projecto de ocupação que prevê retirar os quiosques objecto da concessão e colocar contentores na Praça do Martim Moniz. O projecto propõe a instalação de contentores para actividades comerciais, no centro da praça, incluindo-se uma vedação que limita o livre uso da praça pelos moradores e usuários que diariamente a cruzam e a usam nas várias horas do dia.

Nessa sequência, na reunião datada de 25 de Outubro de 2018, os Vereadores do PCP fizeram uma interpelação na Câmara sobre o futuro da Praça do Martim Moniz, na qual o Presidente da CML se escusou a apresentar o programa, metodologia, projecto e orçamento ao Executivo.

No passado dia 20 de Novembro de 2018, foi realizada uma sessão pública promovida pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, para apresentação do projecto, na qual moradores e representantes das entidades locais contestaram amplamente a proposta de requalificação apresentada pela CML e reclamaram a sua participação no processo de requalificação do Martim Moniz. O projecto nunca foi apresentado aos eleitos da CML ou da AML.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Após a referida apresentação, e perante a indignação da população, o Vereador do Urbanismo, afirmou a intenção de discutir a questão no Executivo Camarário.

Os Vereadores do PCP apresentaram uma proposta sobre o Martim Moniz, na Reunião Pública de CML, datada de 28 de Novembro de 2018, onde expuseram toda a situação e propuseram que a CML deliberasse: “ *Proceder à avaliação da concessão à Empresa NCS-Número de Ciclos por Segundo*” de forma a concretizar as medidas necessárias para denunciar o contrato...” e *iniciar um processo de participação pública que vise a definição de um programa preliminar para o Marim Moniz, de acordo com as necessidades de moradores, entidades colectivas e comunidades locais, tendo por base a participação cidadã, para a concretização de um projecto de requalificação de interesse público e caracter inclusivo para a Praça do Martim Moniz*”. Até ao momento aguarda-se o agendamento da referida proposta que ainda não foi objecto de discussão.

Mais uma vez, as notícias do dia 6 de Dezembro de 2018 anunciam uma comunicação da Moonbrigade sobre um novo projecto para o Martim Moniz, não sendo este formalmente conhecido pelos órgãos autárquicos eleitos. De acordo com as notícias a concessão da praça estaria válida até 2032.

Apesar de ter uma aparência diferente da inicial, este projecto mantém o mesmo tipo de programação, ocupação e comercialização do espaço público. Estão previstos cerca de 50 espaços comerciais instalados em contentores, sendo que alguns funcionarão até à meia-noite, segundo as notícias vindas a público.

No dia 11 de Dezembro de 2018, foi aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal de Lisboa, uma recomendação dirigida à CML, proposta pelo PCP, com as seguintes deliberações:

- “Que a Câmara Municipal de Lisboa proceda à avaliação da concessão à Empresa “NCS- Número de Ciclos por Segundo” de forma a concretizar as medidas necessárias para denunciar o contrato, nos termos legalmente previstos; que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilize aos eleitos da AML todos os documentos relativos ao programa



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

de concessão bem como a todas as alterações e renegociações em relação ao mesmo; - que a Câmara Municipal de Lisboa dê início a um processo de participação pública, que vise a definição de um programa preliminar para o Martim Moniz de acordo com as necessidades de moradores, entidades, colectivos e comunidades locais, tendo por base a participação cidadã, para a concretização de um projecto de requalificação de interesse público e carácter inclusivo para a Praça do Martim Moniz”.

No mesmo sentido, foi aprovada por unanimidade, no dia 27 de Dezembro de 2018, uma recomendação da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior dirigido à Câmara Municipal de Lisboa.

Os Vereadores do PCP apresentaram ainda um requerimento datado de 13 de Dezembro de 2018, onde solicitaram: “ *documentação existente sobre a intervenção na Praça Martim Moniz e documentação existente sobre o contrato de exploração à empresa NCS- Número de Ciclos por Segundo, realizado em 2012 e posteriores alterações*”.

Não obstante todos estes acontecimentos, as obras iniciaram durante o mês de Janeiro de 2019.

À data de hoje, continuamos sem ter acesso a qualquer documentação sobre o assunto e até ao momento não foi feita uma avaliação com a participação e envolvimento da comunidade sobre o modelo e utilização da Praça do Martim Moniz.

Para os eleitos do PCP, a gestão do espaço público deve ser eminentemente pública, e deve responder às necessidades da população e dos seus usuários e não a lógicas privadas de rentabilização.

Esta proposta para o Martim Moniz concretiza uma visão cada vez mais evidente no Urbanismo da actual gestão da CML: produzir limitações de horário para o espaço público e transformar praças em recintos para consumo e usufruto cada vez menos inclusivos, comprometendo com estas novas formas urbanas o Direito à Cidade.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária de 30 de Janeiro de 2019, delibere:

1. Suspender a obra que está em curso na Praça do Martim Moniz;
2. Facultar toda a documentação, a todos os Vereadores do Executivo da CML e aos eleitos da AML sobre o processo relacionado com a concessão e posteriores alterações, com o projecto de arquitectura. Assim como toda a decorrente deste processo;
3. Proceder à avaliação da concessão à Empresa “NCS- Número de Ciclos por Segundo” de forma a concretizar as medidas necessárias para denunciar o contrato, nos termos legalmente previstos;
4. Iniciar um processo de participação pública, que vise a definição de um programa preliminar para a Praça do Martim Moniz de acordo com as necessidades de moradores, entidades, colectivos e comunidades locais, tendo por base a participação cidadã, para a concretização de um projecto de requalificação de interesse público e carácter inclusivo para este espaço da cidade de Lisboa.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2019

Os Vereadores

Ana Jara

Jorge Alves